



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

ACTA Nº.3/2004 REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2004

Aos onze dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quatro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Vila de Borba, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Artur João Rebola Pombeiro e Humberto Luís Russo Ratado, vereadores eleitos pela CDU Joaquim José Serra Silva e Vicente Manuel Ameixa Ermitão, sob a Presidência do Sr. Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro-----

Foi distribuído e presente o resumo diário de tesouraria do dia dez de Fevereiro de 2004, que acusa um total de disponibilidades de **214.930,19 (duzentos e catorze mil novecentos e trinta Euros e dezanove cêntimos)**.-----

----PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA--

Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de interesse para a autarquia-----

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião e começou por informar que vai suspender as suas funções numa Empresa e numa Associação em que a Câmara tinha delegado em si a sua representação, até que seja esclarecido o assunto. Esta situação deve-se ao parecer da Procuradoria Geral da República que saiu em Outubro e que obriga os autarcas a abdicar 50% do vencimento mesmo que não afixam vencimento nos Conselhos de Administração e, ou, cargos Directivos em Associações sem fins lucrativos. Contudo, há informação que existe acordo de todos os partidos políticos no sentido que esta questão se venha a resolver no mais curto espaço de tempo.-----

Usou da palavra o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra referindo que o Sr. Presidente poderia fazer-se representar por outro membro da Câmara que não tivesse o mesmo tipo de incompatibilidades, porque considera importante que a Câmara continuasse a ser representada e porque considera também que a Câmara deve zelar pelo interesse do Município, do concelho e do Distrito. Referiu, a título de exemplo, que o Senhor Presidente podia indicar outro vereador que não esteja a tempo inteiro e assim não haveria o qualquer incompatibilidade.-----

Interveio o Sr. Presidente, sorriu da proposta apresentada pelo vereador Joaquim Serra e referiu que vai esperar pelos próximos tempos para ver o desenvolvimento da questão.-----

Entretanto o Sr. Presidente, para satisfazer a curiosidade do vereador Joaquim Serra de há muito tempo, apresentou uma informação sobre as comunidades urbanas, já que há muito tempo o vereador Joaquim Serra vinha perguntado qual era a posição do PS relativamente a este assunto. Referiu que, tal como já pensa há muito tempo, a sua posição pessoal é a favor da “Regionalização Alentejo”, e não das “Comunidades Urbanas”, no entanto, a lei está publicada e como tal há que tomar posição sobre as mesmas.-----

Usou da palavra o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra referindo que, depois de ter lido a posição do PS de Évora sobre este assunto, a CDU continua a pensar que não estão esgotadas todas as hipóteses de poder ser criada a Comunidade Urbana do Alentejo e, como tal, pensa que ainda devem ser encetados esforços nesse sentido. Pensa que, a manter-se a Comunidade Urbana do Alentejo, o poder reivindicativo da criação das Regiões Administrativas é maior, é o não deixar de articular o Alentejo num todo e permitir que efectivamente em futuros Governos se possa voltar à questão da regionalização tendo como base a questão territorial de todo o Alentejo. Por outro lado, pensa que, as propostas que estão apresentadas de procurar enterrar a regionalização também não são propostas de descentralização de competências, antes pelo contrário, são propostas de descentralização de competências de baixo para cima, ou seja, são contrárias ao princípio da subsidiariedade – e o que se pretende com estas comunidades urbanas é transferir competências das autarquias para a Comunidade Urbana, ou seja, é o contrário daquilo que se pretendia – pretendia-se aproximar os centros de decisão dos eleitores. Assim, com esta proposta se se verificar as competências que estão definidas para as Comunidades Urbanas são competências que já hoje são dos Municípios, logo as Comunidades Urbanas para funcionar vão retirar competências aos Municípios que é contrário a todos os princípios de descentralização e de regionalização. Contudo é uma lei que está aprovada e há que integrar dentro dela. Por isso, a posição da CDU é que enquanto não forem

esgotadas todas as possibilidades da criação da Comunidade Urbana do Alentejo deveria parar-se um pouco com a procura de desarticular o Alentejo no seu todo.-----

Interveio o Senhor Presidente referindo que, na sua opinião, enquanto Partido Socialista é que pelo facto de se fazerem estas Comunidades, não significa que se vá desarticular o Alentejo, antes pelo contrário, está convicto que com a vitória do Partido Socialista nas próximas eleições Legislativas vai ser um assunto a voltar a trás e encetar-se novamente o processo da Regionalização. Entende ainda que deve ser feito algum esforço, para que se façam estas Comunidades Urbanas, porque a lei está aprovada e pode correr-se algum risco no caso de não se constituir nenhuma.-----

O vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra considera tratar-se de um trabalho que deve continuar e deve ser célere, devendo também ser ouvidas todas as forças políticas e todas as estruturas existentes no Alentejo para que efectivamente se possam adoptar soluções de consenso. Considera ainda que esta legislação que saiu possa também servir de lição para o Partido Socialista, porque teve a possibilidade de fazer a Regionalização e não a fez, e teve a possibilidade de encetar um processo democrático de descentralização de competências e não o encetou.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente referindo ser verdade o que o vereador Joaquim Serra acabou de referir, contudo não se aplica à sua pessoa, pois como todos sabem ele foi um defensor da Regionalização, aliás, todo o Alentejo o foi.-----

Entretanto o Sr. Presidente passou a outro assunto: referiu que saiu um “Comunicado” da Comissão Concelhia do Partido Comunista Português, que o visa enquanto Presidente da Câmara, relativamente a alguns descontos que foram feitos a alguns trabalhadores da autarquia. Esclareceu que o Comunicado refere que foram 36 os trabalhadores a quem foram feitos descontos, no entanto, os descontos recaíram apenas em 18 trabalhadores, existindo um erro de 50%. Esclareceu ainda que em relação a estes 18 trabalhadores estão a ser apuradas responsabilidades no sentido de saber o que efectivamente se passou. Contudo, e dado que o referido Comunicado já se tornou público, apresentou por escrito, um “Esclarecimento” para que todos os eleitos tivessem conhecimento.-----

Seguidamente o vereador Joaquim Serra pediu a palavra e, depois de lhe ter sido dada, referiu que não se vai pronunciar nem sobre o “Comunicado” nem sobre o “Esclarecimento”, deixará isso para os Órgãos competentes, pois o PCP certamente abordará a questão do “Esclarecimento” e se tiver mais alguma coisa que queira ver esclarecida, de certo, entrará em contacto com Sr. Presidente. Contudo, olhando para este esclarecimento, gostaria de

perguntar ao Sr. Presidente como vai ser o procedimento em relação ao mês de Dezembro porque, segundo soube, há situações do mesmo tipo.-----
O Sr. Presidente respondeu que, desde que não haja razão, os trabalhadores não vão ser penalizados. Esclareceu porém que, embora o controle electrónico estivesse implementado há muito tempo, os serviços de recursos humanos tinham um trabalho enorme elaborando o trabalho manualmente quando a máquina podia fazer o trabalho por si. Por isso, desde Agosto do ano passado que o controle electrónico passou a funcionar com outro rigor. Desde essa altura que os funcionários foram avisados que tinham que cumprir e que tinham que fazer as regularizações de ponto. Aconteceu que a falta de regularizações de ponto aumentava de mês para mês e isto pode confirmar-se na divisão de recursos humanos. Houve mesmo situações de trabalhadores que chegavam atrasados e a maneira mais fácil de o justificar era dizerem que se esqueciam do cartão. Houve também situações de funcionários que, por vezes estavam a trabalhar em determinado sítio que, por ser mais perto de casa, iam para casa e diziam que se esqueciam de registar o cartão. O Sr. Presidente informou que embora tenham sido feitos descontos a 18 funcionários, este, até poderá ser um número exagerado. Contudo as situações estão a ser identificadas para se tentar averiguar quais são as pessoas que efectivamente não cumprem. No entanto, na altura, tinha que se tomar esta decisão, embora alguns funcionários tenham ficado prejudicados, mas a situação será regularizada.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra referindo que, independentemente de tudo o que aconteceu, o que lhe parece pesado é o facto de estarem a ser avaliadas situações de Novembro e Dezembro. Considera que houve um desfasamento muito grande entre a realidade dos factos e o seu tratamento e, na sua opinião, deverá haver uma gestão mais próxima da ocorrência, porque este desfasamento não ajuda a resolver. Por isso, volta a insistir na sugestão que apresentou na última reunião de Câmara, isto é: que seja tirada uma relação semanal para se poder ver quais são os casos complicados para que possam ser tratados. Referiu ainda que se o sistema informático permitisse uma consulta diária, sem que se imprimissem papéis, e que os serviços de recursos humanos pudessem fazer esse visionamento detectando os casos e faze-los chegar aos eleitos, poderia ser uma boa maneira de ir reduzindo estes aspectos negativos da gestão.-----

Concordando com o que o que foi referido pelo vereador Joaquim Serra, o Sr. Presidente sublinhou que é efectivamente o que se pretende.-----

Entretanto os vereadores eleitos pela CDU apresentam um protesto pela forma centralizadora, antidemocrática e quase secreta como está a ser dirigida a Revisão do Plano Director Municipal. O mesmo foi lido pelo

vereador Joaquim Serra e ficará anexo a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

Após ter ouvido a leitura do protesto, o Sr. Presidente frisou que deve haver um equívoco por parte dos eleitos da CDU. Informou que o último trabalho que foi feito pela empresa, e que foi enviado à CCDRA, esteve presente numa reunião de Câmara e foi transmitido, por ele próprio, que estava à disposição de todos os eleitos. Se bem se lembra este procedimento foi feito em relação ao PDM e também em relação ao estudo da UNOR 2. Também foi dito, por ele, em reunião de Câmara que havia a primeira reunião de acompanhamento do PDM. Acontece que foi dado um prazo de oito dias a todos os parceiros da comissão de acompanhamento para apresentarem as alterações, e estas elementos podem ser todos fornecidos aos vereadores da CDU.-----

Contudo na opinião do vereador Joaquim Serra a Câmara deveria ter discutido a proposta de diagnóstico e deveria aprová-la-----

O Sr. Presidente informou que o que foi feito até esta fase, foi o diagnóstico relativamente ao que existia ao PDM anterior, ou seja, não se entrou em nenhuma proposta de revisão (essa é a fase que vem a seguir, e que na sua opinião é a mais importante). Informou ainda que existe um ofício da empresa referindo que se disponibiliza para realizar o resto do trabalho em 7 meses e, por sua vez, existe um ofício da CCDRA a dizer que 7 meses é pouco. Referiu que está interessado que tudo avance o mais rápido possível. Foram recolhidas todas as informações, e todas foram dadas em reuniões de Câmara. Todas as reclamações apresentadas foram encaminhadas pelo Gabinete Técnico para a equipa que está a fazer o estudo. Como pode o vereador Joaquim Serra dizer que não há transparência – questiona o Sr. Presidente.-----

O vereador Joaquim Serra referiu que diz que não há transparência porque, entende que este assunto deve ser o mais transparente possível, ou seja: uma coisa é dar informação e outra coisa é discutir e todos darem o seu contributo. Isso ainda não aconteceu, e a Câmara enquanto órgão colegial não tomou nenhuma decisão sobre um instrumento fundamental para o futuro deste concelho.-----

O Sr. Presidente perguntou se o vereador Joaquim Serra já leu a proposta – o vereador Joaquim Serra respondeu que o que lhe foi entregue já leu e está pronto para discutir. Contudo, entende que não pode ser confrontado na Assembleia Municipal com membros deste mesmo Órgão que, por representação de Associações, fazem parte da comissão mista e depois lhe poderão dizer que o diagnóstico que foi apresentado já não é o mesmo e que foi todo alterado. Por isso entende que a Câmara enquanto órgão tem que o discutir e tem que existir uma decisão colegial sobre o mesmo, porque a Câmara não pode só ser chamada a participar na aprovação final.-

Considera ainda que mesmo para o actual executivo seria útil aceitar propostas de pessoas que já passaram por esta situação, que conheceram alguns entraves ao PDM, que conheceram alguns pontos quentes do PDM, podendo de alguma forma ajudar a que eles aparecessem reflectidos no diagnóstico. “mas o vereador Joaquim Serra pode fazer chegar essas propostas” – referiu o Sr. Presidente. “Não as faz chegar porque pretende discuti-las neste órgão onde tem todo o direito para isso” – sublinhou o vereador Joaquim Serra.-----

O Sr. Presidente frisou que há que ver se está previsto, por lei, que exista esta discussão e aprovação nesta fase do diagnóstico – ele tem dúvidas que, nesta fase, seja assim como o vereador Joaquim Serra diz.-----

O Vereador Serra chamou a atenção para o que refere o ofício que veio da CCDRA: “alerta-se ainda para o facto de a aprovação desta fase constituir um aval de todos os sectores representados à referida fase de Caracterização e Diagnóstico elaborados não sendo, como tal, esperada qualquer solicitação da sua correcção ou de propostas dela decorrentes, em sede de futura aprovação do Plano em Conselho de Ministros”. O vereador frisou, porém, que se a Câmara não estiver de acordo com a fase de caracterização e diagnóstico, não tem capacidades nem meios para na fase de ordenamento se impor à fundamentação. Considera que de 2002 a 2004 poderiam ter reunido com os representantes da Câmara nestas comissões, poderiam saber quais as posições que a Câmara defendia. O que considera mais grave é que nem sequer conhecem a equipa de acompanhamento.-----

O Sr. Presidente referiu que poderá ser marcada uma reunião com a equipa que vem apresentar o trabalho. Frisou, mais uma vez, que todas as sugestões que foram apresentadas o Gabinete Técnico fez um levantamento de todas elas, e acha muito estranho que exista algum procedimento que o Gabinete Técnico tenha conhecimento e que não tenha sido feito.-----

O vereador Joaquim Serra acrescentou ainda que o protesto, além de ter sido aqui apresentado, vai ainda ser enviado para a CCDRA e para a Comissão Mista de Coordenação.-----

O Sr. Presidente informou que vai também enviar um esclarecimento para as mesmas entidades.-----

Entretanto esclareceu que acabou de ter conhecimento, através da CCDRA, que este processo na fase em que está não carece de aprovação em reunião de Câmara só na fase seguinte.-----

Entretanto o vereador Joaquim Serra reportando-se à listagem, sobre pessoal, que solicitou na última reunião de Câmara, e que já lhe foi facultada, referiu que depois de a analisar verificou que pelo menos dois casos não aparecem referenciados: o da Arq^a Paisagista e o da Técnica de Informática. Gostaria então de saber em que situação se encontram. Gostaria também de saber em que situação se encontra o Sr. João Oliveira.-

Pedi ainda que lhe fossem entregues os outros elementos que solicitou na última reunião de Câmara. Solicitou também que lhe fosse facultado com a máxima urgência, no prazo máximo de 10 dias, cópia de todas as escrituras de compra e venda de imóveis, realizadas durante o actual mandato, e listagem das escrituras que estejam marcadas e quais os valores envolvidos.-----

Finalmente, o vereador Joaquim Serra, solicitou ao Sr. Presidente a disponibilização do Salão Nobre da Câmara, para dia 6 de Março, para a realização de uma Conferência de Imprensa, para os vereadores eleitos pela CDU fazerem o Balanço dos dois anos de mandato. O Sr. Presidente aceitou este pedido. (Ver página 28 – alteração desta posição).-----

Entretanto o vereador Joaquim Serra solicitou também os serviços da Câmara no sentido de elaborarem e enviarem o convite (com texto fornecido pelos vereadores da CDU) à Comunicação Social. Relativamente a este pedido, o Sr. Presidente entende que não têm que ser os serviços da Câmara a elaborarem e enviarem os convites dos vereadores eleitos pela CDU. Contudo vai ver se isso é possível e se há disponibilidade por parte dos funcionários para executarem esta tarefa.-----

Entende o vereador Joaquim Serra que, perante a lei, isto é possível porque estão em representação no Município e, no uso da representação, tem direito a utilizar os serviços da Câmara, nomeadamente os serviços de expediente – o papel, os selos, o fax, etc.-----

Proposta de Alteração à Ordem do Dia-----

Por proposta do Sr. Presidente, **foi deliberado por unanimidade, aprovar a proposta de alteração à Ordem do Dia**, tendo sido retirado o Ponto 2.5- Venda de Lotes à Borcoop, e rectificado o Ponto 2.4 – Apresentação de Candidatura ao Interreg III-A, para “Ratificação de Parceria em Apresentação de Candidatura ao Programa INTERREG III-A”. Assim, a ordem do dia passou a ter a seguinte constituição:-----

PONTO 2. ORDEM DO DIA -----

A Ordem do Dia passou a ser a seguinte:-----

Ponto 2.1 – Aprovação das Actas nº.s 1/2004 e 2/2004-----

Ponto 2.2 – Requerimentos-----

Ponto 2.3 – Alteração da definição dos Lotes Habitacionais destinados a habitação própria e permanente de jovens – Barro Branco-----

Ponto 2.4 – Ratificação de Parceria em Apresentação de Candidatura ao Programa INTERREG III-A-----

Ponto 2.5 – Alteração ao Loteamento de Nossa Senhora da Vitória – Barro Branco-----

Ponto 2.6 – Marcação da Hasta Pública para venda de Pavilhão sito na Zona Industrial da Cruz de Cristo e para venda de duas Habitações da Aldeia Lacerda-----

Ponto 2.7 – Abertura de Concurso Público para o Complexo Cultural do Palacete dos Melos – 1ª Fase – Recuperação da Estrutura e Cobertura-----

Ponto 2.8 – Abertura de Concurso Público para a Empreitada de Recuperação do Cine-Teatro de Borba-----

Ponto 2.9 – Contrato de Recepção de Resíduos Sólidos Urbanos e de Recolha Selectiva, para Valorização, Tratamento e Destino Final – Aprovação do Contrato e do valor da Garantia Bancária.-----

Ponto 2.10 – Cedência do Direito de Superfície-----

Ponto 2.11 – Bolsas de Estudo para o ano lectivo 2003/2004-----

Ponto 2.12 – Aprovação de Protocolos entre a Câmara Municipal de Borba e a ADRAL e a Câmara Municipal de Borba e o BES-----

Ponto 2.13 – Actividades da Câmara-----

PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DAS ACTAS N.ºS 1/2004 E 2/2004

Previamente distribuídas por todo e executivo, propõe-se a aprovação das Actas n.ºs. 1/2004 e 2/2004.-----

Acta n.º.1/2004 – Após a introdução de algumas correcções, foi deliberado por maioria (com três votos a favor, e duas abstenções por parte dos vereadores eleitos pela CDU, por não terem participado na reunião) aprovar a referida acta. O vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, chamou a atenção para as propostas do “Ponto 2.6 – Toponímia” para que fosse vista, a questão de um nome que foi atribuído “Praceta Padre António Joaquim Anselmo”, com os descendentes da família, tendo em conta que num processo anterior em que este nome foi proposto, houve impedimentos por parte da família. O vereador Artur Pombeiro referiu ter registado esta chamada de atenção e que vai proceder em conformidade.-----

Acta n.º.2/2004 – Após a introdução de algumas correcções, foi deliberado por maioria (com quatro votos a favor e uma abstenção por parte do Sr. Presidente por não ter participado na reunião) aprovar a referida acta.-----

PONTO 2.2 – REQUERIMENTOS

Relativamente ao requerimento apresentado, por proposta do Vereador Artur Pombeiro, a Câmara Municipal tomou a seguinte deliberação.-----

a) Rectificação da Planta de Síntese do Loteamento da Azinhaga da Pedreira

Requerente: **Borconstrói, Lda.**, -----

Morada: Av^a do Povo - Borba -----

Local: Loteamento da Pedreira - Borba -----

Objecto de Requerimento: Rectificação de Planta de síntese.-----

A correcção à planta de síntese surge na sequência do não cumprimento das manchas de implantação constantes nos projectos de arquitectura dos lotes A, B e C do referido loteamento. Nesta sequência, é solicitado pelo requerente a correcção da mancha de implantação dos lotes designados pelas letras A, B e C, alegando este que se detectou em obra que a frente destinada à implantação dos referidos lotes tem uma área inferior à prevista, pelo que foi necessário ajustar a referida implantação, não interferindo com a área dos lotes, área de implantação e de construção que constam da respectiva tabela e Alvará de Loteamento.-----

Conclui-se pois que tratando-se de rectificação da forma da implantação dos lotes A, B e C, e não havendo lugar a alterações das especificações do Alvará de Loteamento, não se aplica o disposto no art. 27º do DL n.º 555/99 de 16 de Dezembro, alterado pelo DL n.º 177/01 de 4 de Junho, referente às alterações à licença da Operação de Loteamento.-----

Face ao exposto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria com três votos a favor por parte dos eleitos do PS, e duas abstenções por parte dos vereadores eleitos pela CDU, aprovar a rectificação à planta de síntese.-----

PONTO 2.3 – ALTERAÇÃO DA DEFINIÇÃO DOS LOTES HABITACIONAIS DESTINADOS A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DE JOVENS – BARRO BRANCO-----

Tendo em conta o previsto no ponto 1.3 do regulamento de venda dos lotes habitacionais para jovens, que comete à Câmara Municipal a competência para definir quais os lotes a reservar para jovens, e considerando que não houve até este momento qualquer interessado na aquisição dos referidos lotes, facto que se deve à área de construção ser muito grande, levando a um maior esforço financeiro, difícil para os jovens em início de vida.-----

Assim, propõe-se que no Loteamento Habitacional de Nossa Senhora da Vitória – Barro Branco, sejam reservados para os jovens os lotes números 32 e 34, em vez dos lotes números 16 e 17 que tinham sido definidos na reunião do executivo camarário de 19 de Fevereiro de 2003.-----

Entretanto os vereadores eleitos pela CDU lembraram o restante executivo que já há algum tempo tinham apresentado outra proposta sobre esta questão, ou seja: “que se definisse, dentro dos lotes disponíveis, o número de lotes que poderiam ser atribuídos a jovens e que estes mediante o

concurso escolhessem o lote que pretendiam”. Consideram esta proposta muito mais flexível e tanto a Câmara como os jovens não ficariam limitados àqueles dois lotes.-----

Entretanto o Sr. Presidente, não discordando com esta proposta colocou-a à votação.-----

Assim, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, que no Loteamento Habitacional de Nossa Senhora da Vitória – Barro Branco seja dada liberdade de escolha aos jovens, dentro dos lotes disponíveis, em vez de reservar os lotes números 16 e 17 que tinham sido definidos na reunião do executivo camarário de 19 de Fevereiro de 2003.-----

A mesma deliberação vai ser aplicada a todos os loteamentos municipais.---

PONTO 2.4 – RATIFICAÇÃO DE PARCERIA EM APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA AO PROGRAMA INTERREG III-A-----

A Câmara Municipal de Borba fez uma parceria com a Universidade Popular de Albuquerque e o Instituto Português da Juventude, sendo este último o responsável pela coordenação do projecto, e pela apresentação da Candidatura ao Eixo 4, Medida 4.2 do projecto de cooperação transfronteiriça “PIRATE JÁ”, cujo valor total é de 850.000 €, sendo o contributo da Câmara Municipal de Borba de 80.000 €. Propõe-se a ratificação da parceria em apresentação da referida candidatura.-----

A intenção da referida candidatura é a recuperação e reutilização do “Hospício de Nossa Senhora da Soledade”, para o dotar das condições necessárias para que, em parceria com a Universidade Popular de Albuquerque, se possam desenvolver jornadas de reflexão transfronteiras para jovens em 3 áreas fundamentais: Cultura/Animação; Ambiente/Património e Desporto/Natureza e Aventura. É essencial a sua utilização e reabilitação/recuperação, não só porque o município tem a intenção de lá instalar o “Fórum Transfronteiriço da Cultura, do Património e da Juventude”, mas também para se evitar a ruína deste imóvel.-----

Analisada a proposta foi deliberado, por unanimidade, ratificar a referida parceria de candidatura ao Programa INTERREG II-A, Subprograma 4, Eixo 4, Medida 4.2, cujo valor total é de 850.000 €, sendo o contributo da Câmara Municipal de Borba de 80.000 €.-----

PONTO 2.5 – ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA – BARRO BRANCO-----

A alteração da licença de operação de loteamento consiste na alteração da utilização dos lotes n.º 11, 12, 13, 15, 16 e 17 de unifamiliar para

bifamiliar, permitindo assim a constituição de dois fogos por lote, o que implica o aumento do n.º de fogos do loteamento. Acrescenta-se ainda que esta proposta não implica qualquer alteração ao regulamento do loteamento. A alteração proposta resume-se na tabela seguinte que faz parte integrante da planta de síntese:-----

n.º lote	Área do lote M ²	Área de implantação	Área de construção	Utilização	n.º de pisos
11	166.50	112.50	225.00	Habitação bifamiliar	2
12	166.50	112.50	225.00	Habitação bifamiliar	2
13	166.50	112.50	225.00	Habitação bifamiliar	2
15	166.50	112.50	225.00	Habitação bifamiliar	2
16	166.50	112.50	225.00	Habitação bifamiliar	2
17	166.50	112.50	225.00	Habitação bifamiliar	2

Relativamente à legislação aplicável, a alteração à licença cumpre o disposto no n.º 2 e 3 do artigo 27º do Decreto-lei n.º 555/99 alterado pelo Decreto-lei n.º 177/01 de 4 de Junho, ou seja não há lugar a discussão pública uma vez que estão cumpridos os requisitos previstos no artigo 13º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, relativamente ao n.º 3 da legislação informa-se que a Câmara Municipal de Borba ainda é detentora da maioria dos lotes (21 lotes).-----

Uma vez que estão cumpridos os requisitos da legislação em vigor, propõe-se a aprovação da alteração à licença de operação de loteamento.-----

Depois de analisar a proposta o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, colocou a seguinte questão: se os particulares que venham a adquirir lotes ou, aqueles que já têm casas construídas pretenderem fazer o mesmo (transformar em lotes bifamiliares) qual será o posicionamento da Câmara? O Sr. Presidente respondeu que a intenção da Câmara é alterar só estes lotes e não autorizar a mesma alteração para outros.-----

O vereador Joaquim Serra perguntou ainda se esta proposta de alteração está relacionada com a venda de lotes à Boorcop (ponto que foi retirado da Ordem do Dia)? O Sr. Presidente respondeu que sim, ou seja, esta proposta é idêntica à situação de viabilização do Loteamento da Nave – Nora.-----

Assim, discutida e analisada a proposta, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a alteração à licença de operação do loteamento de Nossa Senhora da Vitória – Barro Branco.-----

O Vereador Joaquim Serra frisou que votou favoravelmente esta proposta, tendo em conta que o seu objectivo é potenciar o desenvolvimento da Cooperativa de Habitação (Borcoop) e estimular a vida desta Cooperativa.- Chamou ainda a atenção para que o regulamento de construção fosse aferido com esta alteração ao loteamento para não haver desfasamento, e que fosse vista a necessidade de autorização dos outros proprietários.

PONTO 2.6 – MARCAÇÃO DA HASTA PÚBLICA PARA VENDA DE PAVILHÃO SITO NA ZONA INDUSTRIAL DA CRUZ DE CRISTO E PARA VENDA DE DUAS HABITAÇÕES NA ALDEIA LACERDA-----

a) Pavilhão sito na Zona Industrial da Cruz de Cristo-----

Tendo em conta que se pretende vender, em hasta pública, o Pavilhão Industrial da Câmara Municipal de Borba, que se encontra construído no lote de terreno nº.30, sito na Zona Industrial da Cruz de Cristo, destinado a indústria, com a superfície coberta de 268,00 m², **a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, marcar a hasta pública para dia 26 de Fevereiro, pelas 10:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município.**--

Base de Licitação: - **125.000,00 €** -----

Lance mínimo: - **2.500,00 €**-----

Área (m ²)	Nº. de pisos	Utilização
268	Até 2	Indústria

Foi ainda deliberado por unanimidade:-----

1 – Forma de adjudicação do pavilhão:-----

1.1 O pavilhão acima referido será vendido pela Câmara Municipal aos interessados, em hasta pública.

1.2 A data, hora e local da venda será anunciada em Edital, com pelo menos 15 dias de antecedência, e divulgada no jornal e rádio local.

2– Deveres dos arrematantes:-----

2.1 Os compradores pagarão, no dia da arrematação, vinte por cento do valor do pavilhão. A parte restante será liquidada no acto da escritura de compra e venda, que será efectuada no prazo máximo de 60 dias.-

b) Habitações na Aldeia Lacerda-----

Tendo em conta que se pretende vender, em hasta pública, duas habitações na Aldeia Lacerda, abaixo descritas, **a Câmara Municipal propõe marcar a hasta pública para dia 26 de Fevereiro, pelas 10:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município.**-----

Descrição	Área	Composição	Valor base de licitação
Prédio urbano, sito na Aldeia Lacerda, com o nº.2, inscrito na matriz com o número 1399	Sup.coberta:80,00 m2 Sup.descoberta:44,00m2	Uma cozinha, três divisões, casa de banho e quintal	37.409,84 €
Prédio urbano, sito na aldeia Lacerda, com o nº.6, inscrito na matriz com o número 1403	Sup.coberta:32,50m2 Sup.descoberta:15,00m2	Uma cozinha, uma divisão, casa de banho e quintal	17.457,93 €

Lance mínimo: **-100 Euros**-----

Propõe-se ainda a aprovação:-----

1 – Forma de adjudicação das habitações:-----

1.1 Os habitações serão vendidas pela Câmara Municipal aos interessados, em hasta pública.-----

1.2 A data, hora e local da venda será anunciada em Edital, com pelo menos 15 dias de antecedência, e divulgada no jornal e rádio local.---

2– Deveres dos arrematantes:-----

2.1 Os compradores pagarão, no dia da arrematação, vinte por cento do valor das habitações. A parte restante será liquidada no acto da escritura de compra e venda, que será efectuada no prazo máximo de 60 dias.-----

Relativamente a esta proposta de marcação de hasta pública para venda de duas habitações na Aldeia Lacerda, o vereador Joaquim Serra entende que a Câmara tem que ponderar nesta política de vender tudo o que é património, porque depois de vender o património nada resta. Considera que face a algumas intervenções que seriam necessárias, quer na zona histórica da vila, quer noutras zonas, nomeadamente em recuperações de algumas habitações degradadas, a Câmara não deveria despender já destas casas, deveria sim mantê-las como um recurso para possíveis realojamentos temporários. Considera que estas casas não venham a ter grandes encargos por parte da Câmara e deveriam ser uma reserva da Câmara para algumas acções sociais que possivelmente viessem a ser necessárias. Pelos valores que vão ser vendidas, não lhe parece que a Câmara resolva alguns problemas, parece-lhe sim que o perder a possibilidade de perder duas casas quando se poderia jogar com alguns realojamentos temporários. A proposta da CDU é de que este património deveria ser mantido e ser-lhe

dada esta vocação.-----

Usou da palavra o vereador Artur Pombeiro esclarecendo que estas casas estão fechadas e existia uma chave na posse de uma terceira pessoa que não era a pessoa que dependia directamente do rendeiro. Essa chave já foi entregue, porque esta terceira pessoa vinha reclamando o direito à habitação, mas como, efectivamente, não vivia em comunhão de mesa e habitação com os antigos rendeiros, foi solicitado ao herdeiro directo que entregasse a chave na Câmara. As casas estão fechadas o que dá origem a uma maior degradação – esta situação não trás nenhum benefício para a Câmara tendo em conta que o valor das rendas são de 100\$00 e também porque a sua degradação está a aumentar.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra referindo que as rendas de 100\$00 não se aplicam às casas que estão à venda, pois as que estão à venda são as devolutas. Sublinhou, porém, que a Câmara não deveria perder a oportunidade de ter estas duas soluções para realojamentos temporários que eventualmente pudessem surgir. Teria apenas que existir um critério de utilização deste espaço que fosse rigoroso e contratual para períodos pequenos e de extrema necessidade e não para fazer realojamentos de longa duração nem para resolver problemas de quem não tem casa.-----

O Sr. Presidente colocou a proposta à votação, tendo sido deliberado por maioria, (com três votos a favor, por parte dos eleitos do PS e dois votos contra, por parte dos vereadores eleitos pela CDU) a sua aprovação.-----

PONTO 2.7 – ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA O COMPLEXO CULTURAL DO PALACETE DOS MELOS – 1ª FASE – RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA E COBERTURA-----

Esteve presente o projecto para o Complexo Cultural do Palacete dos Melos – 1ª Fase – Recuperação da Estrutura e Cobertura.-----

A Câmara Municipal depois de o analisar deliberou, por maioria (com três votos a favor por parte dos eleitos pelo PS e duas abstenções por parte dos eleitos pela CDU) a sua aprovação.-----

Foi ainda deliberado, por unanimidade, proceder à abertura de Concurso Público para a execução da obra, cujo valor estimado é de 153.832,00 Euros, bem como a aprovação do Programa de Concurso e do Caderno de Encargos.-----

Conforme estipulado no n.º.1 do art.º.60 do Dec-Lei n.º.59/99 de 02 de Março, foi deliberado, por unanimidade, designar as seguintes comissões de acompanhamento do concurso:-----

Comissão de Abertura do Concurso:-----

Presidente - Marcelina de Jesus Gazimba Godinho Rosado Mendanha -
Chefe de Divisão-----

Secretário – Vera Cristina Duarte Santos – Assistente Administrativa-----

Maria Rosa Ramos Grades – Chefe de Secção-----

Comissão de Análise de Propostas:-----

Presidente - Engº António Carlos da Silveira Menezes Nerra Marques-----

Arqª Renata Maria Bandeira da Silva-----

Dr. Nuno Miguel Batalha Cavalheiro-----

Os vereadores eleitos pela CDU abstiveram-se na proposta de aprovação do projecto, por não terem tido tempo suficiente para o analisar.-----

Quanto à abertura de Concurso Público, votaram favoravelmente e entendem que o mesmo deve ser aberto o mais rápido possível. Contudo, apresentaram a seguinte declaração de voto: “Os eleitos da CDU votaram favoravelmente a abertura de Concurso Público para Recuperação da Estrutura e Cobertura do Palacete dos Melos, proposta que surge com dois anos de atraso, pois por mais que uma vez os eleitos da CDU apresentaram a proposta de rescisão de contrato com a anterior empresa, e a abertura de novo concurso, conforme pode ser lido em actas de reuniões anteriores. A tomada tardia desta decisão é lesiva dos interesse dos borbenses, pois durante dois anos o estado de degradação aumentou, os preços de recuperação aumentaram, o prazo de permanência da estrutura amovível eternizou-se com custos da ordem dos 200 Euros mensais (se outra solução não for encontrada) e o apoio da Fundação Gulbenkian perdeu-se. Os eleitos da CDU lamentam ainda que, passados dois anos, o Sr. Presidente não tenha sido capaz de sair do entroncamento, pois o que está a ser posto em concurso, não é mais nem menos o que a CDU tinha concursado anteriormente e a que o Sr. Presidente em entrevistas de manipulação à Comunicação Social disse tratar-se de um fenómeno “começarem as casas pelos telhados”. Será que passados dois anos o fenómeno continua, ou o Sr. Presidente reconhece a sua ignorância nestas matérias e está disponível para se retratar das aturadas que atira quando enche o peito de ar em nome da sapiência”.-----

Ouvida esta declaração de voto, o Sr. Presidente apresentou a seguinte: “efectivamente nunca viu começar uma casa pelo telhado, já o disse várias vezes, e, continuará sempre a dizer-lo. O projecto não foi concretizado mais cedo, e não foi feito mais cedo, exactamente porque a anterior gestão enviou o imóvel em causa para classificação, como provavelmente o senhor vereador sabe, o que implicou que tivesse havido um tratamento diferente. Quanto ao anterior projecto, não sendo engenheiro não lhe compete avaliá-lo, mas consoante consultas feitas a técnicos responsáveis a informação que teve foi de que era impensável uma cobertura daquela natureza ser colocada em cima de um imóvel daqueles, principalmente quando tinha

sido enviado para classificação, porque iram partir-se paredes e iria trazer problemas muito complicados ao imóvel e, concerteza, nunca seria aprovado pelo IPPAR. O projecto actual tem parecer favorável do IPPAR e é um projecto. Relativamente ao anterior projecto de cobertura, chegou a ver mais dois ou três esboços de outras coberturas que ele próprio nunca chegou a perceber. Por isso, nunca poderia por a concurso uma obra com um projecto que não tinha condições para ser aprovado. Em primeiro lugar, houve que fazer o projecto, houve que encontrar a melhor solução para a recuperação do imóvel. Neste momento, o estudo está feito a pensar apenas na cobertura mas todo o imóvel tem o levantamento feito e existem possibilidades de se poder vir a adaptar a uma biblioteca e candidatá-la ao Instituto Português do Livro e da Leitura, contrariamente àquilo que poderia acontecer com o projecto anterior. O projecto hoje aprovado é um projecto que ninguém tem vergonha de o apresentar seja onde for. Quanto ao anterior muitas pessoas a quem o apresentou, deixaram-se rir. Não pretende fazer disto nenhum facto político, nem sequer pretendia fazer algumas afirmações, mas foi obrigado a isso porque o Sr. vereador Joaquim Serra vem lamentar o facto do actual executivo só agora abrir o concurso, quando sabe perfeitamente que o grande responsável por isto foi a anterior gestão”.

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra, referindo que o Sr. Presidente fez algumas afirmações que, no seu entendimento, deveriam ser os técnicos que disseram que se tratava de esboços a fazer-las perante e na presença dos outros técnicos. Deveriam, no respeito da ética profissional, tratar isso com os outros técnicos. Pensa que poderiam encontrar uma ordem dos engenheiros que mediasse e que entre eles dissessem quem apresentou esboços em vez de projectos. Se assim foi, então a Câmara de Borba foi usurpada, porque pagou projectos em vez de esboços. Desafia então o Sr. Presidente a chamar os autores dos projectos ditos esboços e os seus companheiros que o disseram e sentá-los perante uma entidade idónea, como por exemplo, a Ordem dos Engenheiros e que eticamente decidam quem tem razão. Faz este desafio ao Sr. Presidente para poderem acabar com estas acusações que não têm fundamento.

PONTO 2.8 – ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO DO CINE- TEATRO DE BORBA

Esteve presente o Projecto de Recuperação do Cine-Teatro de Borba.-----
A Câmara Municipal, depois de o apreciar deliberou, por unanimidade, a sua aprovação.

Mais foi deliberado, por unanimidade, proceder à abertura de Concurso Público para a execução da obra, cujo valor estimado é de 210.000,00 Euros, bem como a aprovação do Programa de Concurso e do Caderno de Encargos.-----

Conforme estipulado no nº.1 do artº.60 do Dec-Lei nº.59/99 de 02 de Março, foi deliberado, por unanimidade, designar as seguintes comissões de acompanhamento do concurso:-----

Comissão de Abertura do Concurso:-----

Presidente - Marcelina de Jesus Gazimba Godinho Rosado Mendanha -
Chefe de Divisão-----

Secretário – Vera Cristina Duarte Santos – Assistente Administrativa-----
Maria Rosa Ramos Grades – Chefe de Secção-----

Comissão de Análise de Propostas:-----

Presidente - Engº António Carlos da Silveira Menezes Nerra Marques-----

Arqª Renata Maria Bandeira da Silva-----
Dr. Nuno Miguel Batalha Cavalheiro-----

Os vereadores eleitos pela CDU apresentaram a seguinte declaração de voto: “votam favoravelmente a abertura do Concurso Público para Recuperação do Cine-Teatro de Borba, mas consideram que a amputação que foi feita da integração neste espaço da Casa do Governador limita muito o uso do espaço para outras finalidades que não seja só o Cinema, pelo que parte da vida e utilização do edifício ficam à partida comprometidos pela pouca polivalência do mesmo o que torna o investimento e esta recuperação, se bem que necessária, pouco sustentável. A CDU teria ido mais além, procurando novas valências.-----

O Sr. Presidente usou da palavra referindo que a anterior gestão pagou o projecto da Escola de Música sem o edifício ser da Câmara. Ainda hoje não percebe como a Câmara pagou um projecto (Escola de Música) de um edifício que não era da Câmara.-----

Referiu o vereador Joaquim Serra que o Projecto foi feito pelo GTL, excepto especialidades – electricidade. Contemplava um projecto que a Câmara estava a desenvolver para ser executado se a candidatura fosse aprovada.-----

O Sr. Presidente sublinhou que houve, no entanto, projectos que foram pagos pela Câmara de um edifício que não era propriedade da Câmara e, que depois foi devolvido.-----

O vereador Joaquim Serra referiu que o projecto, apesar de ser devolvido, foi sempre muito apadrinhado pelos técnicos da CCRA que, na altura, aprovavam os projectos e que o consideravam como um projecto “âncora” para a reabilitação de toda a zona do Castelo.-----

Interveio o vereador Humberto Ratado e pegando nas palavras ditas pelo vereador Joaquim Serra, “A CDU iria mais além”, sublinhou: durante 12

anos jamais se pensou na recuperação do Cine-Teatro quando houve oportunidade para tal. Quantos mais seriam precisos, 8, 12... questionou-se o vereador Humberto.-----

PONTO 2.9 – CONTRATO DE RECEPÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DE RECOLHA SELECTIVA, PARA VALORIZAÇÃO, TRATAMENTO E DESTINO FINAL – APROVAÇÃO DO CONTRATO E DO VALOR DA GARANTIA BANCÁRIA.-----

Previamente distribuído por todos os eleitos, esteve presente o contrato de Recepção de Resíduos Sólidos Urbanos e de Recolha Selectiva, para Valorização, Tratamento e Destino Final a celebrar entre a Câmara Municipal de Borba e a Gesamb – Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM, cuja aprovação se propõe. Mais se propõe a aprovação do valor da garantia bancária de 23.471,45 € (vinte e três mil quatrocentos e setenta e um Euros e quarenta e cinco cêntimos).-----

O Sr. Presidente esclareceu que este contrato surge na sequência da passagem da gestão dos resíduos sólidos urbanos da Associação de Municípios do Distrito de Évora para a GESAMB. O contrato faz-se acompanhar pela Garantia Bancária, porque não pode haver falhas de pagamento na empresa. Referiu que tem havido alguns problemas com a Associação de Municípios em relação aos valores, daí se ter optado por esta situação.-----

O vereador Joaquim Serra referiu lamentar que numa empresa desta natureza tenha que se exigir uma garantia bancária para que os Municípios cumpram, quando isto faz parte das obrigações dos Municípios.-----

O Sr. Presidente colocou a proposta à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade aprovar o contrato de Recepção de Resíduos Sólidos Urbanos e de Recolha Selectiva, para Valorização, Tratamento e Destino Final a celebrar entre a Câmara Municipal de Borba e a Gesamb. Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar o valor da garantia bancária de 23.471,45 € (vinte e três mil quatrocentos e setenta e um Euros e quarenta e cinco cêntimos).-----

Ficará cópia do referido contrato anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

PONTO 2.10 – CEDÊNCIA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE-

O problema ambiental provocado pelos resíduos provenientes da laboração das queijarias no Concelho de Borba, é de interesse público e exige uma solução rápida e eficaz.-----

A resolução simples e económica do problema é hoje possível através da recolha dos soros resultantes da transformação do leite nas queijarias. Esta recolha permitirá não só resolver o problema ambiental, mas também transformar os resíduos resultantes da produção de queijos num bem comercializável.-----

No centro de recolha, concentração e transferência de soro efluente das queijarias será recolhido todo o soro proveniente da produção de queijo no concelho em colaboração com a Associação Água D'Ossa e com a participação dos produtores de queijo.-----

Face ao exposto a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 7 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, atendendo ao disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 159/99 de 14/09, deliberou por unanimidade:---

1 – Ceder em direito de superfície à ECO-SOROS – Transformação de Soros Lácteos, S.A., um lote de terreno, com a área aproximada de 3.800 m², localizado no Parque Industrial do Alto dos Bacelos, para esta ali construir Centro de Recolha, Concentração e Transferência de Soro Efluente das Queijarias.-----

2 – A cedência do direito de superfície será concretizado quando a ECO-SOROS – Transformação de Soros Lácteos, S.A., fizer prova perante a Câmara Municipal de Borba, que está em condições financeiras e administrativas para proceder à construção do referido Centro.-----

3 – Os direitos e obrigações resultantes da presente deliberação, serão fixados por protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Borba e a ECO-SOROS – Transformação de Soros Lácteos, S.A., conferindo desde já ao Presidente os poderes para outorgar tal proposta.-----

4 – As obrigações da Câmara Municipal de Borba caducarão, caso a ECO-SOROS – Transformação de Soros Lácteos, S.A., não manifeste, no prazo de 3 anos após a assinatura do protocolo, condições para construir o Centro de Recolha de Soros-----

Os vereadores eleitos pela CDU, votaram favoravelmente esta proposta, com a seguinte recomendação: Consideram que esta modalidade (cedência do direito de superfície) deveria ser reflectida e ponderada, no sentido de se criar um regulamento que definisse os critérios do direito de superfície, ou seja, que não houvesse necessidade de se pronunciarem caso a caso, mas, que com o apoio da Assembleia Municipal, e com a intervenção da Câmara se criasse um regulamento que definisse critérios e condições de cedência dos direitos de superfície e que esses critérios e condições fossem do conhecimento geral e público. Considera que assim seria salvaguardada a posição da Câmara e poderiam ser abertas possibilidades a outras empresas (se for divulgado e conhecido) e que em termos de decisão a Câmara poderia estar mais habilitada. Se se continuar com esta questão sem estar regulamentada poderá efectivamente, a determinada altura, aparecerem

outras solicitações que a Câmara tenha interesse que se instalem com terrenos próprios, não usufruindo do direito de superfície e, que este, por sua vez fosse a exceção para aquilo que se entendesse ser de interesse para o Município. Por isso, entende que é importante que esta questão seja regulamentada.-----

O Sr. Presidente referiu, a título de exemplo, que existe uma empresa que produz Biodisel, que já apresentou propostas para colaborar com a Câmara, no sentido de se instalar na Zona Industrial do Alto dos Bacelos. Na sua opinião, existe todo o interesse na instalação deste tipo de empresas de natureza ambiental e talvez a questão da regulamentação seja importante.---

PONTO 2.11 – BOLSAS DE ESTUDO PARA O ANO LECTIVO 2003/2004-----

De acordo com o Regulamento de Atribuição de Bolsas em vigor na Câmara Municipal de Borba, foram avaliadas as seguintes candidaturas referentes a Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, ficando os candidatos ordenados de acordo com a seguinte lista:-----

1. ATRIBUIÇÃO DE NOVAS BOLSAS DE ESTUDO-----

- 1- Magda Lucinda Calhau Russo**-----
- 2 - Vânia Sofia Andrade António**-----
- 3 - Marta Sofia Barroso Soares**-----
- 4 - Isa Raquel Mirinha Gila**-----
- 5 - Carla Cristina Perdigão Azeitona**-----
- 6 - Sofia Cristina Clérigo Vivas**-----
- 7 - Irina Do Carmo Balsinha Rebola**-----
- 8 - Pedro Miguel Barriga Silva**-----
- 9 - Cátia Isabel Moura Da Silva**-----
- 10 – Cátia Sofia Ferrão Ganito**-----

Assim, e como estão em condições de ser atribuída uma Bolsa de Estudo os alunos que se encontram nos três primeiros lugares da lista, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir essa bolsa a:-----

- 1- Magda Lucinda Calhau Russo**-----
- 2- Vânia Sofia Andrade António**-----
- 3- Marta Sofia Barroso Soares**-----

2. RENOVAÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-----

Estão em condições de ser renovadas as Bolsas referentes aos seguintes alunos, pelo que se propõe a referida renovação:-----

- Inês Martins Aires Pereira**-----
- Vânia Cristina Vivas Simões**-----
- Vânia Isabel Aires Coxixo**-----

Vera de Lurdes Silveira Germano-----

Analisada a proposta, foi deliberado, por unanimidade a sua aprovação.-----

Não foram renovadas as Bolsas dos seguintes alunos:-----

- 1 - Carla Dolores Mendes Latas**-----
- 2 - Luis Carlos Pêgo Cristo**-----
- 3 - Maria de Fátima Rosinha Simões**-----
- 4 - Patricia da Conceição Maltinha Pancadista**-----
- 5 - Pedro Miguel Carola Espanhol**-----

A não renovação das Bolsas de Estudo destes alunos deve-se:-----

- a) No número 1 e 5, os alunos frequentaram em 2002/2003 o último ano do curso;**-----
- b) No número 2 e 4, os alunos não apresentaram a candidatura à renovação da Bolsa;**-----
- c) No número 3, o aluno incorreu no estabelecido no ponto 1.3, do artigo 6º. do Regulamento de Atribuição.**-----

As Bolsas de Estudo têm a duração de dez meses (Outubro a Julho), sendo o seu valor mensal de 91,30 euros de Outubro a Dezembro e de 94,50 euros de Janeiro a Julho.-----

PONTO 2.12 – APROVAÇÃO DE PROTOCOLOS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA E A ADRAL E A CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA E O BES-----

a) Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Borba e a ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.-----

A discussão e aprovação deste Protocolo transitou para a próxima reunião de Câmara, por ainda não terem sido aprovadas as normas do FAME – Fundo de Apoio às Microempresas do Concelho de Borba.-----

b) Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Borba e o BES – Banco Espírito Santo-----

A discussão e aprovação deste Protocolo transitou para a próxima reunião de Câmara, por ainda não terem sido aprovadas as normas do FAME – Fundo de Apoio às Microempresas do Concelho de Borba.-----

c) Protocolo Específico de Colaboração entre a Câmara Municipal de Borba e a ADRAL-Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.

O presente protocolo tem por objectivo estabelecer formas de cooperação entre as duas instituições no âmbito do Projecto de Criação de um Centro de Acolhimento de Micro Empresas.-----

Depois de analisado, foi deliberado por unanimidade, aprovar o referido Protocolo que depois de assinado ficará cópia do mesmo anexo a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

PONTO 2.13 – ACTIVIDADES DA CÂMARA

O Senhor Presidente informou que, para além das actividades normais de funcionamento e gestão, desde a penúltima reunião de Câmara, uma vez que na última não esteve presente, participou:-----

- ✓ Reunião com a CCDRA, que decorreu em Vila Viçosa, sobre os Fundos Comunitários da AIZM. O Sr. Presidente informou que está a pensar organizar um Encontro, fora destas reuniões normais, para falarem sobre esta questão. Referiu haver alguns aspectos relacionados com a utilização dos fundos que o preocupam. Pensa que terão que, entre todos, fazer um esforço no sentido de queimar tempo e apresentar projectos o mais urgente possível, no âmbito da AIBT, ou então corre-se o risco de muito dinheiro ser retirado ou ser devolvido. Poderá eventualmente acabar-se o Quadro Comunitário de Apoio e muita coisa que se poderia fazer, quer neste concelho, quer em todos os da Zona dos Mármore, poderá não se fazer. Foi neste sentido que houve a reunião com a CCDRA, ou seja se não houver uma tentativa de entendimento e de operacionalização dos vários projectos e da sua aprovação poderá haver riscos muito graves das obras não se concretizarem. Sabe-se que o dinheiro existe, mas os problemas também existem. Por isso gostaria de falar sobre este assunto, com todas as forças políticas, desde que estejam interessadas, no sentido de tentarem encontrar as melhores soluções.-
- ✓ Reunião do Conselho Ginegético para dar parecer sobre 2 Processos de Concessão de Zona de Caça Associativa e 1 Processo de Renovação de Zona de Caça Turística.-----
- ✓ Reunião com o Dr.Carlos Serpa, para tratar assunto relacionado com um terreno (onde está instalado o depósito da água) que o anterior executivo já tinha encetado negociações. A proposta que se

apresentou foi no mesmo valor (100\$00 o m²), apenas se reformulou de escudos para euros.-----

- ✓ Reunião com o Eng^o. Paulo Sousa do IEP, sobre a questão da variante à EN 255, e sobre um ofício que a Câmara enviou mostrando alguma preocupação com a estrada frente ao Bosque que dá acesso a Rio de Moinhos que está a abater do lado direito – que eles estão na disposição de arranjar.-----
- ✓ Participação na Inauguração da Feira do Tomate em Mora.-----
- ✓ Reunião com a EDC-Mármore e a empresa que está a fazer o estudo de viabilidade económica da EDC, na qual recolheram uma série de dados – valores que a Câmara terá gasto em tout-venant e outros materiais. Isto para poderem verificar qual era o volume de negócios se tivesse sido a própria EDC a fornecer os materiais.-----
- ✓ Visita do Eng^o. Fonseca da Caixa Geral de Depósitos com outra pessoa que desempenha funções de apoio nos financiamentos às autarquias. A Câmara ficou de lhe enviar cópia do Plano de Pormenor do Alto dos Bacelos, para ver até que ponto a Caixa Geral de Depósitos estará interessada, através das empresas de capital de risco, em investir numa hipotética empresa que eventualmente se possa constituir.-----
- ✓ Reunião do Conselho de Administração da GESAMB.-----
- ✓ Participação no Fórum Mundial sobre Comunicação e Desenvolvimento Sustentável, realizado em SÓRIA, dias 2 e 3 de Fevereiro. Informou que foi muito interessante e está a ser equacionada a hipótese de haver uma parceria entre a Câmara de Borba, uma Universidade de Sória e o Grupo responsável por este Fórum, no sentido de participarem nos Cursos de Verão a realizar no Cevalor. Houve já uma proposta de acordo de colaboração entre estas entidades no sentido desta iniciativa se vir a desenvolver.-----
- ✓ Reunião com o Arq^o Amorim, sobre o Plano de Pormenor da Zona Norte da Cerca, na CCDRA. O Sr. Presidente informou que não podendo estar presente fez-se representar pela Arq^a Ana Isabel.-----
- ✓ Reunião com o Dr. Luís Cavaco sobre a questão dos Protocolos a celebrar com a ADRAL.-----
- ✓ Reunião com o BPA – voltam a insistir na tentativa de cobrar comissão pela cobrança de água – foi-lhe dito que não, e ficou combinado de enviarem uma carta às pessoas informando que se tiverem interessas em pagar pelo BPA vão ter que suportar esta comissão. Assim, terá que se criar mais uma coluna nos recibos de água para esta comissão do BPA.-----
- ✓ Reunião na CCDRA com um Jurista desta Comissão (que se realizou no dia da última reunião de Câmara) sobre quem adquire e quem expropria os terrenos para a ADC. O Jurista diz que poderá haver

hipóteses de ser a própria empresa a expropriar. O Sr. Presidente referiu que a situação não é fácil, mesmo para a própria EDC, e a conclusão a que se chega é de que terá que haver uma mão política com o objectivo de ajudar porque, em termos de viabilidade económica, a própria EDC com a estrutura que tem não tem condições a não ser que concessione a particulares.-----

- ✓ Reunião com a Dr^a Mariana Chilra (tendo estado presente o vereador Artur Pombeiro) sobre um terreno em Rio de Moinhos. Pretende-se abrir uma estrada junto à azinhaga da Boa Vista – terreno que fica em frente ao que dá acesso à Escola Primária. À semelhança daquilo que se passa com outros terrenos em Rio de Moinhos, mais uma vez foi proposto um valor incalculável.-----
- ✓ Reunião do Conselho de Administração da AMDE.-----
- ✓ 2^a Reunião do Conselho Regional da CCDRA, em Évora. Neste momento não há gestores nomeados para os Programas Comunitários, não há chefes de projectos nomeados sendo o Dr. João Transmontano que acumula tudo. Lamentou-se o facto de que o próximo Quadro Comunitário vai, de certa forma, por de lado o Betão.-----

O Vereador Artur Pombeiro informou o restante executivo das actividades relativas aos seus pelouros:-----

- ✓ Continuação dos trabalhos na Rua da Cruz, nomeadamente, a remodelação de alguns ramais de esgotos, travessia de cabos eléctricos, telefones e cabovisão.-----
- ✓ Continuação da Remodelação das Águas da Nora – está a ser feita a ligação de alguns ramais, uma vez que já se encontram as duas condutas em carga para que se possam ligar ramais novos na mesma vala. Acontece que os ramais não constavam na candidatura e estão a ensaiar-se todos os ramais para ver se se consegue reduzir o número dos mesmos. Mesmo assim, deverá ter que ser feita uma reformulação à candidatura, porque o valor da obra vai para um valor muito mais elevado do que o previsto.-----
- ✓ Continuação dos trabalhos nos Caminhos da UNOR 2.-----
- ✓ Recuperação das duas casas do Pisão. Numa das casas falta apenas concluir uma casa de banho e na outra a instalação eléctrica.-----
- ✓ Reparação na estrada da Orada, nomeadamente enchimento de buracos e repor algumas partes mais degradadas.-----
- ✓ Colocação das travessias na Av. D. Dinis de Melo e Castro.-----
- ✓ Colocação de alguns Ecopontos que ainda estavam por colocar. Os de superfície chegaram esta semana e foram colocados ao início da Av. do Mercado e junto ao Quiosque.-----

- ✓ Loteamento do Forno-Orada–Continuam as infraestruturas e prevê-se que o PT seja instalado o mais rápido possível.-----
- ✓ Loteamento de Nossa Senhora da Vitória-Barro Branco – colocação de cascalho e tout-venant na última rua que falta concluir para posteriormente se proceder à colocação do betuminoso.-----
- ✓ Loteamento da Nave-Nora – este loteamento está quase concluído. Falta o betuminoso frente aos lotes da Cooperativa de Habitação e cerca de 50% do calcetamento está aplicado. Posteriormente iniciar-se-ão os arranjos paisagísticos e após estes trabalhos este loteamento ficará concluído.-----
- ✓ Jardim Municipal – Está prevista, para amanhã, mais uma reunião com os técnicos envolvidos nesta obra e espera-se que na próxima segunda-feira a mesma recomece.-----

. Reportando-se à última reunião de Câmara o vereador Artur Pombeiro salientou o seguinte: “Quando o vereador Joaquim Serra comentou o facto de ele ter feito um despacho anterior ao pedido de parecer ao IPPAR, relativamente ao processo do Sr. Rodrigo da Silva – referiu o vereador Artur que o vereador Joaquim Serra não deve ter visto bem, porque o seu despacho foi dado depois do parecer do IPPAR embora este tivesse sido condicionado ao envio de alguns pormenores.----- O processo esteve presente de novo, e o vereador Joaquim Serra continuou a insistir que existe um desfaseamento de datas na emissão dos despachos e nas informações dadas ao requerente.-----

. Também em relação a outra questão colocada pelo vereador Joaquim Serra, na última reunião de Câmara, – processo do Sr. Albano Martins (piscina e construção de anexo em desrespeito pelos instrumentos de gestão urbanística existentes), o vereador Artur Pombeiro informou que está prevista uma reunião com os técnicos, para amanhã, para se tomarem algumas decisões em relação a este processo e a outros que vêm ainda do tempo do vereador Joaquim Serra, decisões essas que não foram tomadas no seu tempo. Com a experiência que o vereador Joaquim Serra tem, sabe perfeitamente que é completamente impossível travar obras clandestinas. Apesar da fiscalização estar sempre em cima do acontecimento existem, situações de embargo, situações de contra-ordenação e outras para serem embargadas. Se não houve de facto mais embargos, é porque existem algumas situações delicadas em que os artigos estão omissos nas Finanças e já várias vezes se foi às Finanças para ver se se consegue resolver este problema – referiu um caso concreto (obra Sr. Falcato junto ao Jardim do Largo dos Combatentes) – trata-se de uma situação que se arrasta há alguns meses, em que a obra foi mandada parar – não parou e acabou por se

concluir. Este foi um caso que era para ser dada ordem de embargo na Conservatória, mas não se conseguiu porque o artigo é omissivo e não está registado. Este é um dos casos e existem também outros do tempo do Sr. vereador Joaquim Serra.-----
Sobre esta questão, o vereador Joaquim Serra referiu que os mandatos não se esgotam, e processos começados a tratar em Outubro ou Novembro é possível que não tenham ficado tratados em Dezembro. “Existem processos que ficaram por tratar que não eram de Outubro ou Novembro, mas sim de muito antes”, rematou o vereador Artur Pombeiro.-----

O Vereador Humberto Ratado, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

- ✓ Estão a ser organizadas, em simultâneo, a Feira do Queijo e a Feira das Ervas Alimentares. A Feira do Queijo decorrerá de 09 a 11 de Abril e a Feira das Ervas Alimentares entre o período de 07 a 09 de Maio. Esta última era para se realizar no 1º fim-de-semana de Maio, mas como coincidia com a FIAPE em Estremoz, pensou-se no fim-de-semana a seguir.-----
- ✓ Realizou-se uma reunião para organização das Comemorações do 25 de Abril. Foram convocadas todas as Associações, Colectividades, Juntas de Freguesia e Agrupamento de Escolas para que todos se pronunciassem como gostariam de ver comemorado o 25 de Abril. Conseguiram-se algumas ideais comuns, pois entende-se que deve haver um desenvolvimento local de todas as forças do concelho, e tratando-se de um evento em prol da liberdade não deverá ser só a Câmara a decidir como se faz. Foram já apresentadas algumas actividades que se propõem fazer, pois o objectivo é fazer um conjunto de actividades que envolvam todo o concelho.-----
- ✓ Continua a preparar-se o Espaço Internet no Celeiro da Cultura. Espera-se que no final deste mês ou início de Março se consiga abrir este espaço.-----
- ✓ Está também a ser resolvida a questão do espaço onde funciona a APD, que se prende com a electricidade. O vereador informou que foi abordado por diversas vezes, uma vez que a energia que ia para a APD vinha, da Associação de Reformados, por um cabo pelo exterior. Com esta situação chegou mesmo a haver algumas divergências entre ambas as Associações. Contudo o assunto está a ser resolvido tendo já sido feitas algumas alterações em termos de electricidade, dentro da sede da APD, nomeadamente a instalação de um contador.-----

- ✓ Está a ser elaborado um regulamento para o “Cartão Municipal do Idoso” para todo o concelho.-----
- ✓ Ainda relativamente às Comemorações do 25 de Abril, Feira do Queijo e Feiras das Ervas Alimentares, o vereador referiu que gostaria que se surgisse algumas ideias para estes eventos, por parte dos vereadores da oposição, que lhas fizessem chegar o mais rápido possível, e que inclusivamente dessem o seu contributo. É este o apelo que faz, para que entre todos consigam o melhor em prol da população.-----
- ✓ O vereador Humberto Ratado entregou ao vereador Joaquim Serra os elementos por este solicitados na última reunião de Câmara. Quanto ao Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção Social, o vereador Humberto informou que está a sofrer pequenas alterações para serem apresentadas novamente na reunião do núcleo executivo da Rede Social e para serem submetidas a Plenário. Logo que possível entregará esses elementos.-----

O vereador eleito pela CDU, Vicente Ermitão, colocou as seguintes questões:-----

- ✓ Na última reunião de Câmara pediu informação ao vereador Artur Pombeiro sobre os custos da electricidade no Loteamento do Forno-Orada, que este lhe ficou de dar nesta reunião. Por sua vez o vereador Artur informou não ter, de momento, essa informação e que posteriormente lha facultará.-----
- ✓ Feira das Ervas Alimentares – uma vez que se vai realizar novamente este evento, e que vai haver um passeio, o vereador Vicente Ermitão lembrou o vereador Artur Pombeiro que há algumas estradas, por onde vai passar o percurso, que mereciam um arranjo. Sobre o assunto, o vereador Humberto Ratado esclareceu que o passeio vai ser pedonal em que os técnicos irão identificar todas as ervas existentes. O vereador Vicente Ermitão identificou a estrada que se encontram em piores condições e o vereador Artur Pombeiro referiu que logo que haja disponibilidade manda proceder ao arranjo da mesma.-----
- ✓ O vereador Vicente Ermitão lembrou o vereador Artur Pombeiro que está na altura de podar as árvores da freguesia da Orada, nomeadamente, as que são de poda anual. O vereador Artur referiu que vai falar com o Sr. Catarino, que é quem normalmente faz este tipo de trabalhos.-----

O vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra colocou as seguintes questões:-----

- ✓ Lixeiras – referiu ter passado na Televisão uma reportagem sobre as lixeiras de Borba – perguntou então se a Câmara foi contactada, pelo canal de televisão que emitiu esta notícia, para dar alguma versão dos acontecimentos. O vereador Artur Pombeiro esclareceu que a notícia emitida pela Televisão surgiu na sequência de uma Nota à Imprensa que seguiu para o jornal “Terras Brancas”, depois da informação dada por ele na reunião de Câmara de 14 de Janeiro. Informou que a Câmara não teve conhecimento das filmagens nem de que a notícia ia passar, e que ele foi surpreendido com as imagens que viu na televisão.-----
- ✓ Ainda relativamente à questão que colocou no período de antes da Ordem do Dia sobre as Bolsas de Estágio da Arq^a Paisagista e da Técnica de Informática, perguntou se são bolsas pagas pela Câmara, tendo o Sr. Presidente respondido que sim. Neste contexto, o vereador Joaquim Serra colocou a seguinte questão: por analogia com as bolsas de estudo do ensino superior, porque é que as do ensino superior vêm a reunião de Câmara para serem atribuídas e como é que estas bolsas de estágio tendo também uma componente lectiva não vêm. O Sr. Presidente respondeu que as bolsas de estágio são da sua competência, enquanto que as bolsas de estudo são para atribuir um subsídio – é uma competência da Câmara. Contudo vai ver bem esta questão e na próxima reunião esclarecem-na melhor.----
- ✓ Tendo conhecimento que pessoal que fosse despedido de uma entidade não poderia ser readmitido através do Programa Operacional na mesma entidade, perguntou qual é a situação da jovem que dá apoio à Assembleia Municipal. O Sr. Presidente respondeu que poderá ser feita uma permuta entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia.-----

. Ainda relativamente ao pedido feito pela vereador Joaquim Serra, no período de antes da Ordem do Dia, sobre a disponibilização do Salão Nobre da Câmara, para dia 6 de Março, para a realização de uma Conferência de Imprensa, para os vereadores eleitos pela CDU fazerem o Balanço dos dois anos de mandato, o Sr. Presidente referiu que gostaria que o mesmo fosse apresentado por escrito, e fundamentado para ver se o mesmo se enquadra em alguma base legal. Para tal, vai pedir parecer jurídico à jurista da Câmara pois, se bem se lembra, já há alguns anos em Évora um pedido como este não foi permitido, ou seja: os vereadores da oposição (PS) solicitaram à Câmara para fazerem uma Conferência de Imprensa e o pedido não lhes foi concedido.-----

Antes de dar a reunião por encerrada, o Sr. Presidente procedeu à leitura da minuta da acta que, foi aprovada por unanimidade e, ficará anexa a esta

acta dela fazendo parte integrante.-----

ENCERRAMENTO

Por não haver mais nada a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, pelas dezassete horas, da qual se lavrou a presente acta, composta por vinte e nove páginas que vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista que a redigi.-----